

EXECUTIVO / GDF deve encaminhar no começo deste ano para a Câmara Legislativa projeto de lei que pode tornar legais as áreas de Ceilândia destinadas originalmente a militares. Proposta vai definir a situação dos 563 espaços vazios e os 2.855 ocupados irregularmente

Becos à espera de solução

» FLÁVIA MAIA

O projeto de lei complementar que prevê a regularização dos becos de Ceilândia pode ser um dos primeiros a ser votados logo após o recesso da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O documento seria entregue antes da folga parlamentar de fim de ano, mas a Casa pediu ao Executivo que o texto da lei fosse apresentado no início do ano legislativo porque havia outras demandas para fechar 2011. Enquanto o poder público avalia o que fazer com os 563 becos vazios e os 2.855 ocupados, os moradores dessas áreas têm de conviver com a dúvida se serão despejados e se os becos vazios continuarão sendo espaço de despejo de lixo e de usuários de drogas.

Se for aprovado, o projeto vai tornar legais os becos que estão em situação irregular desde 2008, quando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) acatou o pedido do Ministério Público de inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 29/97, que prevê a doação dos lotes a militares da PM e do Corpo de Bombeiros. O MP alegou que a norma feria o princípio constitucional da isonomia porque privilegiava categorias de servidores públicos. O Ministério Público questionou também o descumprimento da Lei Orgânica do Distrito Federal, devido à dispensa de licitação dos terrenos.

Outra lei — nº 775, de 2008 — que tentou regularizar os lotes, também é questionada pelo MPDFT. Essa ação ainda tramita na Justiça. “O que precisa ficar claro é o porquê de a Câmara insistir em projetos de lei que o tribunal (de Justiça) já considerou inconstitucional”, ressalta Antônio Suxberger, promotor da Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade do MPDFT.

Depois que a lei foi considerada inconstitucional, muitos moradores conseguiram na Justiça o direito de permanecer nos lotes, mesmo sem a escritura. Para complicar ainda mais a situação, 70 militares que na época da distribuição não ganharam os terrenos invadiram e também tiveram o direito de posse garantido pelo Judiciário. Outra questão que dificulta a regularização dos espaços é que, atualmente, de acordo com o balanço da Associação dos Moradores de Becos da Ceilândia, 90% desses lotes não são mais ocupados por militares e, sim, por segundos ou terceiros moradores que compraram o espaço do beco mesmo sem escritura.

O projeto de lei prevê que os primeiros lotes doados às pessoas que têm a posse garantida judicialmente ganhem a escritura. As demais áreas que não estão mais sob a posse dos militares devem ser vendidas pelo preço a ser definido pela Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (Sedhab). “Enquanto o projeto de lei não é votado, a secretaria está trabalhando internamente. Estamos desenvolvendo os projetos urbanísticos, fazendo o registro interno dos imóveis a serem repassados aos beneficiados”, disse o secretário-adjunto da Sedhab, Rafael Oliveira.

A dona de casa Maria das Neves, 48 anos, aguarda, ansiosa, a regularização do lote que o marido, que é militar do Corpo de Bombeiros, ganhou em 1997. Ela conta que a casa em que vivem não tem escritura, apenas um papel de doação, o que deixa a família insegura. “Falta interesse do poder público em regularizar. Enquanto isso, convivemos com o medo de sermos retirados”, comentou.

Audiência

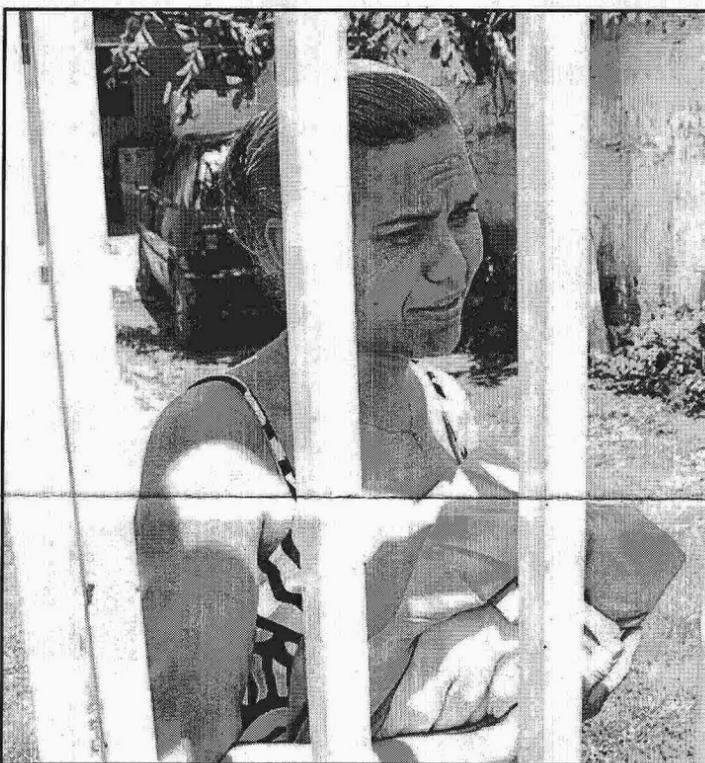
O projeto de lei complementar surgiu de uma audiência pública realizada na primeira semana deste mês e não agrada a Associação dos Moradores de Becos de Ceilândia. “Já pagamos por esse lote, não queremos pagar de novo”, ressalta Joel Martinho de Oliveira, vice-presidente da Associação dos Moradores de Becos de Ceilândia. A moradora da Expansão do Setor O Vera Lúcia Córrea Araújo, 33 anos, concorda. Ela e a família vivem em uma casa localizada no beco há 11 anos. Eles são os terceiros ocupantes da casa que um dia foi doada a um militar. “Na época em que compramos este lote, ficamos em dúvida entre Ceilândia e Vicente Pires. Apostamos que aqui regularizaria antes”, contou.

Desde o início da movimentação de uma nova tentativa pela regularização dos becos, vários moradores colocaram os lotes à venda temendo o prejuízo de terem de pagar novamente por eles. Outros aproveitam a valorização do lugar e querem faturar antes. A família de Vera Lúcia, por exemplo, comprou o lote a R\$ 17 mil. Hoje, na mesma rua, existem duas casas à venda por uma média de R\$ 100 mil a 120 mil. Para identificar quais são os de beco, basta observar a letra “A” depois da numeração.

Fotos: Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Moradores colocam placas para evitar que os becos de Ceilândia virem depósito de lixo: imbróglío sobre as áreas vem desde 2008



Na época em que compramos este lote, ficamos em dúvida entre Ceilândia e Vicente Pires. Apostamos que aqui regularizaria antes”

Vera Lúcia Araújo,
moradora do Setor O

Investimento de R\$ 500 mil

Como os lotes de becos podem ser regularizados no próximo ano, a Administração de Ceilândia fez um levantamento da situação das áreas para impedir novas ocupações irregulares. Desse estudo, a administração chegou ao número de 563 vazios. O projeto de lei não deixa claro o que deve ser feito com os espaços. Mas, de acordo com o administrador, Ari de Almeida, as áreas vazias devem continuar desocupadas. “No Plano Diretor Local de Ceilândia, os

becos serviriam para passagem de pedestres e para evitar que todo o solo da cidade fosse impermeabilizado. Por isso, os desocupados continuarão como estão para evitar alagamentos”, disse. Segundo o administrador, a partir de janeiro, R\$ 500 mil serão gastos na iluminação e urbanização de 48 becos da Expansão do Setor O.

Enquanto a Administração não inicia as obras, moradores próximos aos becos vazios convivem com o perigo porque mui-

tos dos espaços mal-iluminados viraram ponto de tráfico de drogas. Além disso, muito lixo é colocado na área vazia. A manicure Karla Morgana Magalhães, 20 anos, mostra que o beco em frente à casa dela serve de depósito de lixo. No dia em que a equipe do Correio esteve no local, um sofá velho estava sendo queimado. “Meu marido fez uma placa para não colocarem lixo, mas mesmo assim as pessoas não respeitam. É um risco para a nossa saúde”, reclama. (FM)

Gratificações à Polícia Civil

A partir de agora, policiais civis do Distrito Federal têm direito a receber duas gratificações — triênio e quinquênio —, assim como ocorre com os policiais federais. A mudança que, na prática, altera os critérios da progressão funcional dos profissionais, é fruto de um decreto assinado no último dia 23 de dezembro pela presidente Dilma Rousseff. Policiais militares e bombeiros também obtiveram ganhos. Em 20 de dezembro, o governador Agnelo Queiroz assinou dois decretos, nos quais reconhece dívidas de gestões anteriores, além de autorizar o pagamento de tais valores em janeiro.

Há anos, a Polícia Civil reivindicava a alteração. Por isso, o GDF travava negociações com o Ministério do Planejamento a fim de garantir a verba. Com a assinatura do documento, o DF receberá uma quantia de mais de R\$ 9 milhões, fruto de recursos do Fundo Constitucional. Na prática, o pagamento do triênio e do quinquênio à categoria deixa de ocorrer somente nos meses de maio e de novembro, passando a valer a partir da data em que o policial tomou posse e tiver cumprido todos os critérios exigidos para a progressão.

Outra mudança promovida pelo GDF será o início da regularização de 81% dos boxes da Cea-sa-DF. O processo licitatório de 229 espaços terá início em janeiro. A medida visa cumprir uma determinação do Tribunal de Contas do DF.